

VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020



Rua Alberto de Campos, 12, Ipanema. Rio de Janeiro-RJ CEP.:22411-030.
Telefone: (21) 2555-3750
www.vivario.org.br

SUMÁRIO

	<u>Páginas</u>
Ata da Assembleia Geral Extraordinária	2 -3
Relatório do Auditor Independente	4 - 8
Balanço Patrimonial	9
Demonstração do Resultado	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixas	12
Notas Explicativas	13 - 32



Rua Alberto de Campos, 12, Ipanema. Rio de Janeiro-RJ CEP.:22411-030.
Telefone: (21) 2555-3750
www.vivario.org.br

VIVA RIO
CNPJ Nº 00.343.941/0001-28
RCPJ Nº 136986

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2022**

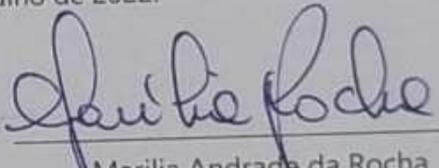
- I. **Data, Hora e Local:** Às 10:00 horas do dia 01 de julho de 2022, na sede da instituição, sito à Rua Alberto de Campos, nº 12 – Ipanema – Rio de Janeiro.
- II. **Convocação e Presença:** Presente o quantitativo de associados, exigido no § único do art. 10 do Estatuto.
- III. **Mesa:** Presidente da sessão: Sebastião Correia dos Santos
Secretário da sessão: Pablo Siqueira dos Santos Souza

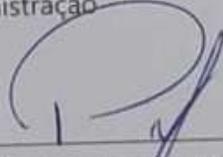
Ordem do Dia: Com fulcro nos artigos 10º a 13º do seu Estatuto Social do **Viva Rio**, deliberar, aprovar e referendar as seguintes matérias: **a)** Aprovação da Ordem do Dia; **b)** Análise do Balanço 2021; **c)** Assuntos Gerais.

- IV. **Resoluções Aprovadas:** Discutida a matéria constante da Ordem do Dia e prestados os devidos esclarecimentos, foram aprovadas e referendadas pelo voto afirmativo, por unanimidade dos Associados presentes e sem ressalvas, as seguintes deliberações:
 - b) Aprovação das Contas, Balanço e dos Relatórios Gerenciais e de Atividades do ano de 2021, elaborados pela Diretoria do Viva Rio, após os esclarecimentos prestados pelo Sr. Rodrigo Napolitano, na condição de contador da Instituição e responsável técnico pelo Balanço referente ao exercício de 2021, com base ainda no Parecer do Conselho Fiscal do Viva Rio;
 - c) Assuntos Gerais.

Rio de Janeiro, 01 de julho de 2022.


Sebastião Correia dos Santos
Presidente do Conselho de Administração
Presidente da Sessão


Marília Andrade da Rocha
Diretora Executiva


Pablo Siqueira dos Santos Souza
Secretário da Sessão





LISTA DE PRESENÇA DE ASSOCIADOS DA ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DO VIVA RIO DE 01 DE JULHO DE 2022

Ausente

Amaro Domingues

Pdo Strozberg

Pedro Daniel Strozenberg

Rafael Vitor de Jesus

Rafael Vitor de Jesus

Luiz Candido Ferreira

Luiz Candido Ferreira

Leandro Claudino Mendes

Leandro Claudino Mendes

Sebastião Correia dos Santos

Maria Cristina Pereira

Maria Cristina Pereira

Antônio Jorge Silva Guedes

Antônio Jorge Silva Guedes

Baltazar Morgado Neto

Baltazar Morgado Neto

Radio Stanley

Radio Stanley Saint Nosier

Márcia Andrade da Rocha

Márcia Andrade da Rocha

VIVARIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as Demonstrações Contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **VIVARIO** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase**Retificação dos valores correspondentes**

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.4.a às demonstrações contábeis (Balanço, DRP, DMPL e DFC), que apresenta a indicação de lançamento equivocado em exercícios anteriores no grupo de contas do “Ativo Intangível”, tendo o ajuste ocorrido no exercício de 2021. Com isso, o **VIVARIO** nas respectivas Demonstrações Contábeis, está rerepresentando os valores correspondentes ao exercício de 2020, utilizados para fins de comparação, como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br**UNIDADES DE APOIO****Recife**
✉ recife@grupoaudisa.com.br**Rio de Janeiro**
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br**Porto Alegre**
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br**SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS**f /audisa.consultores
t @grupoaudisa
in /company/grupoaudisa
🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville
☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

Facebook: /audisa.consultores
Twitter: @grupoaudisa
LinkedIn: /company/grupoaudisa
Portal: PORTALAUDISA.COM.BR

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de junho de 2022.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP “S” “RJ” 024298/O-3

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior
Contador
CRC/RS “S” “RJ” 058.252/O-1
CNAI/RS – 718
CVM Ato Declaratório nº. 7710/04

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933
✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📱 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

IVAN ROBERTO DOS SANTOS PINTO
JUNIOR (56687850091)
Data: 7/1/2022 2:30:25 PM -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: CF345-B706C-502D4-90589

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/CF345-B706C-502D4-90589>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

BALANÇO PATRIMONIAL**EM REAIS****DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM**

	<u>N.E.</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> Reapresentado	<u>01/01/2020</u> Reapresentado
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE		223.082.706	110.013.858	211.358.772
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	116.910.240	54.426.263	56.422.485
VALORES A RECEBER	5	99.137.955	54.140.662	152.831.829
OUTROS CRÉDITOS		7.034.511	1.446.933	2.104.458
ATIVO NÃO CIRCULANTE		549.155	583.329	681.513
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		-	-	64.010
IMOBILIZADO		428.567	428.567	428.567
INTANGÍVEL	6	120.588	154.762	188.936
TOTAL DO ATIVO		223.631.861	110.597.187	212.040.285
PASSIVO				
PASSIVO CIRCULANTE		189.008.080	88.590.413	186.611.275
OBRIGAÇÕES A PAGAR	7	114.016.649	47.500.235	158.313.955
REPASSE DE RECURSOS A REALIZAR	8	74.991.431	41.090.178	28.285.439
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		-	-	11.881
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		29.475.987	20.601.125	24.943.426
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	9	29.069.366	20.543.361	18.397.644
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR		406.621	57.764	6.545.782
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.147.794	1.405.649	485.584
PATRIMÔNIO SOCIAL		1.405.649	485.584	355.229
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		3.742.145	920.065	130.355
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		223.631.861	110.597.187	212.040.285

As notas explicativas (N.E.) são parte integrante das demonstrações financeiras


Sebastião Correia dos Santos
 Presidente
 CPF.: 463.219.347-04


Rodrigo Napolitano dos Santos
 Contador
 CRC-RJ 107.680/O-0



Rua Alberto de Campos, 12, Ipanema. Rio de Janeiro-RJ CEP.:22411-030.
 Telefone: (21) 2555-3750
www.vivario.org.br

VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EM REAIS

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM

	<u>N.E.</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> Reapresentado
DOAÇÕES E RECURSOS SEM RESTRIÇÃO DE USO	<i>12.1</i>	21.035.576	14.779.717
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES	<i>12.2</i>	(15.649.049)	(13.228.456)
(-) SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS TIPIFICADOS		(11.227.019)	(10.928.819)
(-) PROJETOS SOCIO AMBIENTAIS, CULTURAIS E DESPORTIVOS		(4.422.030)	(2.299.637)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO		5.386.527	1.551.261
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	<i>12.3</i>	(1.550.248)	(567.894)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3.836.279	983.367
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(94.134)	(63.302)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS		3.742.145	920.065
RESULTADO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO	<i>13</i>		
(+) SUBVENÇÕES PARA GESTÃO DE SAÚDE		709.315.564	291.278.369
(-) PESSOAL		(428.081.370)	(154.366.776)
(-) SERVIÇOS CONTRATADOS		(153.057.695)	(90.204.392)
(-) MATERIAIS DIRETOS		(71.025.990)	(27.364.874)
(-) MATERIAIS DE USO E CONSUMO		(8.184.309)	(1.935.689)
(-) EQUIPAMENTOS DIRETOS		(7.413.723)	(2.845.137)
(-) DEMAIS CUSTOS SUBVENCIONADOS		(41.552.477)	(14.561.501)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS CONTAS DE APLICAÇÕES ESPECIFICAS		-	-
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO		3.742.145	920.065

As notas explicativas (N.E.) são parte integrante das demonstrações financeiras


Sebastião Correia dos Santos
 Presidente
 CPF.: 463.219.347-04


Rodrigo Napolitano dos Santos
 Contador
 CRC-RJ 107.680/O-0



Rua Alberto de Campos, 12, Ipanema. Rio de Janeiro-RJ CEP.:22411-030.
 Telefone: (21) 2555-3750
www.vivario.org.br

VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM REAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>SUPERÁVIT / DÉFICIT PERÍODO</u>	<u>TOTAL</u>
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2020 - ORIGINAL	166.293	130.355	296.648
RETIFICAÇÃO DE ERROS, REFERENTES A EXERCÍCIOS ANTERIORES, IDENTIFICADOS EM 2021	188.936		188.936
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2020 - REAPRESENTADO	355.229	130.355	485.584
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2019	130.355	(130.355)	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2020 (ORIGINAL)	-	954.239	954.239
RETIFICAÇÃO DE ERROS, REFERENTES AO EXERCÍCIO 2020, IDENTIFICADOS EM 2021	-	(34.174)	(34.174)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 REAPRESENTADO	485.584	920.065	1.405.649
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2020	920.065	(920.065)	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT DE 2021		3.742.145	3.742.145
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.405.649	3.742.145	5.147.794

As notas explicativas (N.E.) são parte integrante das demonstrações financeiras


Sebastião Correia dos Santos
Presidente
CPF.: 463.219.347-04


Rodrigo Napolitano dos Santos
Contador
CRC-RJ 107.680/O-0



VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM REAIS

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> Reapresentado
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	3.742.145	920.065
(+) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	34.174	34.174
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT AJUSTADO	3.776.319	954.239
(+/-) VARIÇÕES ATIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	(813.731.833)	67.076.950
(+/-) VARIÇÕES PASSIVOS OPERACIONAIS DE CURTO E LONGO PRAZO	872.439.491	(70.015.530)
(=) CAIXA LÍQUIDO GERADO/CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	62.483.977	(1.984.341)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(=) CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	-
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+/-) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	(11.881)
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	(11.881)
(=) AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	62.483.977	(1.996.222)
(+) SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	54.426.263	56.422.485
(=) SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	116.910.240	54.426.263

As notas explicativas (N.E.) são parte integrante das demonstrações financeiras


Sebastião Correia dos Santos
Presidente
CPF.: 463.219.347-04


Rodrigo Napolitano dos Santos
Contador
CRC-RJ 107.680/O-0



VIVA RIO

CNPJ: 00.343.941/0001-28

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM REAIS

DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A VIVA RIO (Entidade) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade de lucro, constituída como associação, que, de forma continuada, permanente e planejada, presta serviços, executa programas e/ou projetos dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal; observando os princípios da assistência social.

As demonstrações financeiras da VIVA RIO abrangem todas as ações da Entidade, incluindo as parcerias com Administração Pública de todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal).

Em 2021, a Entidade aplicou seus recursos integralmente no desenvolvimento das suas finalidades institucionais, compreendendo a realização das seguintes atividades e áreas de atuação:

a) Assistência Social

- a.1) Convivência e fortalecimento de vínculos;
- a.2) Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências;
- a.3) Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro;
- a.4) Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas;
- a.5) Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda;
- a.6) Promoção da defesa e direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos;
- a.7) Habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua interação à vida comunitária;
- a.8) Promoção da integração ao mercado de trabalho.

b) Socioambiental, Filantrópico e Desportivo

- b.1) Sensibilização socioambiental e promoção de geração de renda em comunidades e ambientes rurais;
- b.2) Integração de interesses essenciais à melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos;
- b.3) Promoção da cultura de paz e viabilização da inclusão social;
- b.4) Prática de desporto de participação, de formação e de rendimento.



c) Saúde em Rede (Gestão de Saúde)

c.1) Apoio no gerenciamento das ações de saúde, mediante instrumentos de parceria público-privada com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal);

c.2) Apoio técnico a projetos de qualificação de profissionais para atuação na área de informação, comunicação e educação popular, referentes à promoção da saúde, que atuem na Estratégia Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde, mediante instrumentos de parceria público-privada com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal).

NOTA 02 – BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de Preparação

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas pela Administração da Entidade em 30 de junho de 2022.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2021, além da observância à Lei nº 6.404/76 e suas alterações, a Entidade declara, de forma explícita e sem reservas, que em todas as circunstâncias, a representação apropriada é obtida pela conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade – CFC; relacionados a seguir:

- i. Resolução CFC n.º 1.330/11 – aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil;
- ii. Resolução CFC n.º 1.374/11 e suas alterações – aprova a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- iii. Resolução CFC n.º 1.185/09 e suas alterações – aprova NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- iv. Resolução CFC n.º 1.409/12 e suas alterações – aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro;
- v. Demais NBC TGs completas, quando aplicáveis.

2.2. Moeda funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.4. Reapresentação Retrospectiva

Reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações financeiras, como se um erro de períodos anteriores nunca tivesse ocorrido.

a) Retificação de Erros

Durante o exercício de 2021, a Entidade identificou que os custos para a filiação do projeto Pérolas Negras, junto à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ), foram erroneamente reconhecidos no resultado de exercícios anteriores.

Consequentemente, o ativo intangível, relacionado à filiação na FERJ, e suas respectivas amortizações, não foram devidamente apresentados nas demonstrações financeiras.

Os erros foram retificados pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras, referentes ao exercício 2020, da Entidade:

Descrição	31/12/2020			01/01/2020		
	Original	Ajuste	Reapresentação ¹	Original	Ajuste	Reapresentação
Ativo						
INTANGÍVEL	-	(34.174)	154.762	-	188.936	188.936
Patrimônio Líquido						
PATRIMÔNIO SOCIAL	296.648	-	485.584	166.293	188.936	355.229
RESULTADO DO PERÍODO	954.239	(34.174)	920.065	130.355	-	130.355

¹ Considerar impactos dos ajustes aplicados no saldo de abertura original em 01/01/2020.

NOTA 03 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

3.2. Princípio da Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência.

O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

3.3. Segregação de Atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas considerando a segregação de atividades, no que couber.

3.4. Recursos com Restrição de Uso – Aplicação Específica

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas são registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.



Os registros contábeis são segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por entidades governamentais, financiadores, parceiros, reguladores e usuários em geral.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição. Saldos bancários a descoberto decorrentes de empréstimos obtidos por meio de instrumentos como cheques especiais ou contas-correntes são geralmente considerados como atividades de financiamento similares aos empréstimos. Entretanto, se eles são exigíveis contra apresentação e formam uma parte integral da administração do caixa da entidade, devem ser considerados como componentes do caixa e equivalentes de caixa.

(i) Equivalentes de Caixa – Aplicação Financeira

Ao final de cada período de referência, a Entidade avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado.

(ii) Equivalentes de Caixa – Recursos com Restrição

Equivalentes de caixa mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de projetos e/ou demais atividades de fins específicos, contendo restrições sobre a sua utilização, são apresentados separadamente daqueles livres de restrições sobre a sua utilização.

3.6. Ativos e passivos financeiros básicos (contas e títulos a receber e a pagar, e empréstimos bancários ou de terceiros)

A Entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

O ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado.

3.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método de apuração pelo custo médio ponderado.

3.8. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.9. Ativo Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado



3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Apuração do Resultado do Período

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

3.12. Subvenções Governamentais e Doações sem Restrições de Uso

As doações e subvenções recebidas para custeio e investimento são reconhecidas no resultado.

As doações sem restrição de uso, definidas pelo doador/financiador, são reconhecidas diretamente no resultado simultaneamente ao seu registro no ativo.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.

A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e racionais e confrontada com as despesas correspondentes.

Na demonstração do resultado a subvenção é apresentada como crédito, tal como "outras receitas". Este método permite a separação da subvenção das despesas relacionadas; facilitando a comparação com outras despesas não afetadas pelo benefício de uma subvenção.

3.13. Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenções Fiscais Usufruídas

A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, o registro da subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de entidade sem fins lucrativos. Não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado.

3.14. Gratuidade

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços é reconhecido pelo valor de custo efetivamente incorrido.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.5*.

Substancialmente, os saldos de caixas e equivalentes de caixa da Entidade estão restritos para uso somente nas obrigações previstas nos convênios e contratos de gestão firmados com a Administração de Pública (subvenções governamentais).

A seguir, apresentamos os saldos de caixas e equivalentes de caixa de uso livre e os saldos com restrição de uso, conforme a área de atuação da Entidade no exercício de 2021:

DESCRIÇÃO	31/12/2021				31/12/2020
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	4.260.531	738	-	4.261.269	2.895.793
CAIXA	-	-	-	-	-
BANCO CONTA MOVIMENTO	2.382.421	-	-	2.382.421	758.898
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.878.110	738	-	1.878.848	2.136.895
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	112.648.971	112.648.971	51.530.470
BANCO CONTA MOVIMENTO	-	-	562.993	562.993	28.677
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	-	112.085.978	112.085.978	51.501.793
	4.260.531	738	112.648.971	116.910.240	54.426.263

Os recursos recebidos em decorrência de subvenção governamental (convênios e contratos de gestão) são depositados e geridos em conta bancária específica, em instituição financeira pública indicada pela Administração Pública, e, enquanto não realizados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 01 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando o prazo previsto para sua utilização for igual ou inferior a 01 (um) mês. Os rendimentos das aplicações financeiras, quando autorizados, serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

NOTA 05 – VALORES A RECEBER

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.6*.

Em 2021, a Entidade apresenta saldos de títulos e/ou contratos a receber, oriundos de parcerias com a iniciativa privada, onde a natureza dos recursos é de livre aplicação nos projetos e ações realizadas.

Os recursos a receber com restrição de uso, oriundos dos convênios e contratos de gestão com a Administração Pública (subvenções governamentais), representam os montantes não recebidos necessários para a cobertura de obrigações já existentes, assumidas na execução das despesas do objeto pactuado (Gestão de Saúde):

DESCRIÇÃO	31/12/2021				31/12/2020
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	2.791.150	233.540	-	3.024.690	1.872.272
VALORES A RECEBER	2.791.150	233.540	-	3.024.690	1.872.272
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	96.113.265	96.113.265	52.268.390
CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO	-	-	96.113.265	96.113.265	52.268.390
	2.791.150	233.540	96.113.265	99.137.955	54.140.662

5.1. Valores a Receber para Uso Restrito

A fim de permitir um melhor entendimento sobre os recursos a receber de convênios e contratos de gestão, relacionados a aplicação específica nas atividades de Gestão de Saúde, a Entidade apresenta o detalhamento dos instrumentos firmados que possuem déficit no repasse de recursos financeiros:

FINANCIADOR	OBJETO / INSTRUMENTO	A RECEBER EM 31/12/2021	A RECEBER EM 31/12/2020
SMS-Rio	SAÚDE MENTAL 059/2013	56.694	56.694
SMS-Rio	HMRG 007/2015	781.538	781.540
SMS-Rio	AP 2.1. 019/2014	1.467.857	1.837.144
SMS-Rio	AP 3.1. 030/2014	2.793.971	2.795.664
SMS-Rio	AP 3.3. 146/2014	1.687.269	1.823.766
SMS-Rio	UPA ROCINHA 019/2014	509.080	505.522
SMS-Rio	UPA ALEMÃO 030/2014	148.854	147.845
SMS-Rio	HMRG 001/2016	11.418.462	8.672.227
SMS-Rio	TEIAS MANGUINHOS AP 3.1 001/2021	423.156	-
SMS-Rio	HOSPITAL ALBERT SCHWEITZER 003/2021	4.881.737	-
SMS-Rio	CER REALENGO 003/2021	6.073.790	-
SMS-Rio	UPA ALEMÃO 002/2021	536.850	-
SMS-Rio	HOSPITAL ALBERT SCHWEITZER 002/2021	18.417.683	-
SMS-Rio	CER REALENGO 002/2021	5.189.936	-
Total SMS-Rio		54.386.877	16.620.402
SES-RJ	UPA IRAJÁ 007/2012	555.406	170.610
SES-RJ	UPA ENGENHO NOVO 026/2012	11.465.570	10.285.900
SES-RJ	UPA MARÉ 028/2012	8.004.432	6.118.204
SES-RJ	UPA PENHA 029/2012	10.796.191	10.028.740
SES-RJ	UPA IRAJÁ 003/2017	136.705	-
SES-RJ	UPA ENGENHO NOVO 007/2017	583.552	-
SES-RJ	UPA MARÉ 008/2017	906.448	-
SES-RJ	UPA PENHA 018/2017	15.576	812.125
SES-RJ	UPA IRAJÁ 012/2019	1.028.568	117.232
SES-RJ	UPA ENGENHO NOVO 018/2019	711.266	-
SES-RJ	UPA MARÉ 010/2019	326.569	508.009
SES-RJ	UPA TIJUCA 001/2020	854.029	-
Total SES-RJ		35.384.312	28.040.820
CISMEPA	SAMU 001/2017	810.696	72.924
Prefeitura Munc. Paraty	HOSP. MUNIC. PARATY 050/2015	-	3.354.093
Prefeitura Munc. Pinheiral	HOSP. MUNIC. PINHEIRAL 108/2015	4.985.239	2.022.569
Prefeitura Municipal Nova Friburgo	UPA CONSELHEIRO PAULINO 162/2019	546.141	2.157.582
		96.113.265	52.268.390

NOTA 06 – ATIVO INTANGÍVEL

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.9*.

Os custos com a filiação do Projeto Pérolas Negras, junto à Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ), permitem a realização e participação em eventos desportivos da prática de futebol profissional; além de contribuir com a geração de recursos financeiros próprios para as atividades de formação acadêmica, socioeducativas e de empreendedorismo dos seus alunos e atletas.

Com a promulgação da Lei da Sociedade Anônima do Futebol (SAF), a filiação junto à FERJ pode ser transferida, por meio de cisão patrimonial, para a constituição de uma nova SAF com participação societária da Entidade.

Em 2021, ocorreram as seguintes movimentações no ativo intangível:

Descrição dos ativos intangíveis	Saldo em 31/12/2020	Movimentação em 2021					Saldo em 31/12/2021
		(+) Aquisições	(+) Gastos Subseq.	(-) Amortização no Período	(-) Redução ao Valor Recuperável	(-) Baixa / Alienação	
Projeto Pérolas Negras (Filiação FERJ)	154.762	-	-	(34.174)	-	-	120.588
Total	154.762	-	-	(34.174)	-	-	120.588

A seguir, destacamos o montante de amortização reconhecida para o exercício 2021:

Descrição dos ativos intangíveis	Vida Útil Estimada	Taxa Anual %	Depreciação 2021
Projeto Pérolas Negras (Filiação FERJ)	09 anos	11,39	34.174
Total			34.174

a) Vida Útil

A Entidade observou os seguintes critérios na determinação da vida útil do ativo intangível:

- i. a utilização prevista de um ativo pela entidade e se o ativo pode ser gerenciado eficientemente por outra equipe de administração;
- ii. os ciclos de vida típicos dos produtos do ativo e as informações públicas sobre estimativas de vida útil de ativos semelhantes, utilizados de maneira semelhante;
- iii. obsolescência técnica, tecnológica, comercial ou de outro tipo;
- iv. a estabilidade do setor em que o ativo opera e as mudanças na demanda de mercado para produtos ou serviços gerados pelo ativo;
- v. medidas esperadas da concorrência ou de potenciais concorrentes;
- vi. o nível dos gastos de manutenção requerido para obter os benefícios econômicos futuros do ativo e a capacidade e a intenção da entidade para atingir tal nível;
- vii. o período de controle sobre o ativo e os limites legais ou similares para a sua utilização, tais como datas de vencimento dos arrendamentos/locações relacionados; e
- viii. se a vida útil do ativo depende da vida útil de outros ativos da entidade.

b) Teste de Redução ao Valor Recuperável

A Entidade avaliou a existência de qualquer indicação de que o ativo intangível possa estar desvalorizado, não verificando tal indicação. Foram observados os seguintes fatores na avaliação:

- i. Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu sensivelmente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.
- ii. Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.
- iii. O valor contábil dos ativos líquidos da entidade é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo (tal estimativa pode ter sido feita, por exemplo, em relação ao potencial de venda de parte ou de toda a entidade).
- iv. Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de ativo.

NOTA 07 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.6*.

O saldo de obrigações a pagar em 31 de dezembro de 2021 é composto como segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2021				31/12/2021
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	GESTÃO DE SAÚDE	TOTAL	
RECURSOS LIVRES - SEM RESTRIÇÕES	8.061.944	1.141.685	-	9.203.629	3.174.218
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	409.887	156.924	-	566.811	383.443
PROVISÕES TRABALHISTAS	5.567.090	143.890	-	5.710.980	799.813
FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	2.000.281	840.871	-	2.841.152	289.108
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS	84.686	-	-	84.686	1.701.854
RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	-	-	104.813.020	104.813.020	44.326.017
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	-	-	31.025.958	31.025.958	8.151.953
PROVISÕES TRABALHISTAS	-	-	54.707.902	54.707.902	25.716.153
FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	-	-	9.939.439	9.939.439	2.079.360
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS	-	-	9.139.721	9.139.721	8.378.551
	8.061.944	1.141.685	104.813.020	114.016.649	47.500.235

a) Obrigações Trabalhistas

Representam os salários e ordenados, quando pagos em mês seguinte a que forem incorridos, tomando como base de informação a folha de salários. Os encargos sociais, tais como FGTS e contribuições sindicais, também integram a composição deste saldo.

b) Provisões Trabalhistas

Representam as estimativas para o fundo de provisionamento de recursos destinados a liquidação de remunerações de férias, 13º salário e de indenizações rescisórias; tais como indenizações de aviso prévio e multas rescisórias sobre o saldo do FGTS dos funcionários.

A Entidade aplica critérios geralmente aceitos na determinação da base de estimativa destes provisionamentos.

c) Fornecedores e Outras Contas a Pagar

Fornecedores representam as obrigações da Entidade decorrentes das compras de produtos e serviços necessários para o desenvolvimento de suas atividades, sejam elas próprias ou não (convênios e contratos de gestão). As obrigações decorrentes de aquisição de ativos e da contratação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, propaganda, honorários profissionais de terceiros e aluguéis de imóveis e equipamentos também integram a composição deste saldo.

d) Obrigações Tributárias e Previdenciárias

Representam a obrigação da Entidade relativa a valores retidos de empregados e terceiros (fornecedores, locadores, concessionárias, dentre outros) a título de impostos e contribuições sociais e previdenciárias incidentes sobre os salários ou rendimentos pagos/creditados a terceiros, observando a legislação vigente.

7.1. Obrigações a Pagar com Recursos Restritos

A fim de permitir um melhor entendimento sobre o comprometimento dos recursos financeiros, nas execuções dos planos de trabalho de convênios e contratos de gestão, relacionados às atividades da área de Gestão de Saúde, a Entidade apresenta o detalhamento das obrigações a pagar por instrumento pactuado com a Administração Pública:

<u>FINANCIADOR</u>	<u>OBJETO / INSTRUMENTO</u>	<u>A PAGAR EM 31/12/2021</u>	<u>A PAGAR EM 31/12/2020</u>
SMS-Rio	AP 3.1. 002/2021	16.782.074	-
SMS-Rio	HOSPITAL ALBERT SCHWEITZER 002/2021	16.179.694	-
SMS-Rio	AP 5.2. 002/2021-5.2	11.019.014	-
SMS-Rio	HOSPITAL ALBERT SCHWEITZER 003/2021	8.725.870	-
SMS-Rio	AP 2.2. 003/2021	4.698.322	-
SMS-Rio	SUBPROJETOS TEIAS MANGUINHOS 001/2021	3.190.100	-
SMS-Rio	CER REALENGO 002/2021	2.927.866	-
SMS-Rio	CER REALENGO 003/2021	1.526.410	-
SMS-Rio	TEIAS MANGUINHOS AP 3.1 001/2021	1.487.894	-
SMS-Rio	UPA ALEMÃO 002/2021	1.440.331	-
SMS-Rio	UPA MANGUINHOS 001/2021	1.407.411	-
SMS-Rio	DEMAIS OBJETOS / CONTRATOS	3.301.977	6.342.363
Total SMS-Rio		72.686.963	6.342.363

SES-RJ	UPA MARÉ 010/2019	3.749.523	3.163.084
SES-RJ	UPA COPACABANA 005/2020	1.381.776	1.118.516
SES-RJ	UPA BOTAFOGO 004/2020	1.268.983	1.159.842
SES-RJ	UPA JACAREPAGUÁ 006/2020	1.243.393	1.106.324
SES-RJ	UPA TIJUCA 001/2020	1.220.059	1.005.844
SES-RJ	UPA MARÉ 008/2017	433.840	433.303
SES-RJ	UPA ENGENHO NOVO 018/2019	343.223	3.249.566
SES-RJ	UPA ENGENHO NOVO 007/2017	333.186	332.523
SES-RJ	UPA IRAJÁ 003/2017	322.013	325.539
SES-RJ	UPA ILHA 009/2017	279.078	304.255
SES-RJ	UPA ILHA 011/2019	237.942	2.137.013
SES-RJ	UPA IRAJÁ 012/2019	163.817	2.665.137
SES-RJ	UPA ILHA 027/2012	150.367	367
SES-RJ	UPA IRAJÁ 007/2012	150.000	-
SES-RJ	UPA ENGENHO NOVO 026/2012	150.000	-
SES-RJ	UPA MARÉ 028/2012	150.000	-
SES-RJ	UPA TIJUCA 005/2019	99.162	100.688
SES-RJ	UPA SEAP 007/2014	2.554	60.726
SES-RJ	UPA PENHA 018/2017	324	73.656
Total SES-RJ		11.679.240	17.236.383
Prefeitura Munc. Paraty	HOSP. MUNIC. PARATY 050/2015	8.925.615	8.527.080
Prefeitura Munc. Niterói	HOSPITAL OCEÂNICO 001/2020	4.808.421	6.407.280
Prefeitura Munc. Pinheiral	HOSP. MUNIC. PINHEIRAL	2.920.042	1.620.424
Prefeitura Municipal Nova Friburgo	UPA CONSELHEIRO PAULINO 162/2019	2.130.699	2.139.323
DIVERSOS	DEMAIS OBJETOS / CONTRATOS	1.662.040	2.053.164
		104.813.020	44.326.017

NOTA 08 – REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS A REALIZAR

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.12*.

Os recursos a realizar com restrição de uso, oriundos dos convênios e contratos de gestão com a Administração Pública (subvenções governamentais), representam os recursos financeiros recebidos e, ainda, não aplicados na liquidação das obrigações assumidas na execução das despesas do objeto pactuado (Gestão de Saúde):

FINANCIADOR	OBJETO / INSTRUMENTO	A REALIZAR EM 31/12/2021	A REALIZAR EM 31/12/2020
SES-RJ	UPA ILHA 027/2012	9.400.746	13.456.316
SES-RJ	UPA SEAP 007/2014	3.772.851	3.730.438
SES-RJ	UPA IRAJÁ 003/2017	-	186.866
SES-RJ	UPA ILHA 009/2017	407.178	504.735
SES-RJ	UPA ENGENHO NOVO 007/2017	-	167.553
SES-RJ	UPA MARÉ 008/2017	-	49.930
SES-RJ	UPA TIJUCA 005/2019	4.190.736	49.350
SES-RJ	UPA ILHA 011/2019	296.175	1.007.238
SES-RJ	UPA ENGENHO NOVO 018/2019	-	1.083.076
SES-RJ	UPA TIJUCA 001/2020	-	2.508.014
SES-RJ	UPA BOTAFOGO 004/2020	3.469.911	2.902.416
SES-RJ	UPA COPACABANA 005/2020	4.526.476	4.376.277
SES-RJ	UPA JACAREPAGUÁ 006/2020	5.119.473	4.226.394
Total SES-RJ		31.183.546	34.248.603
SMS-Rio	AP 2.2. 003/2021	960.813	-
SMS-Rio	AP 3.1. 002/2021	20.244.063	-
SMS-Rio	AP 5.2. 002/2021-5.2	7.439.696	-
SMS-Rio	UPA MANGUINHOS 001/2021	559.141	-
SMS-Rio	SUBPROJETOS TEIAS MANGUINHOS 001/2021	720.963	-
Total SMS-Rio		29.924.676	-
CORE	CORE	7.527	-
Prefeitura Munc. Paraty	HOSP. MUNIC. PARATY 050/2015	457.169	-
Prefeitura Munc. Pinheiral	HOSP. MUNIC. PINHEIRAL 048/2021	2.749.211	-
Prefeitura Munic. Niterói	HOSPITAL OCEÂNICO 001/2020	10.669.302	6.841.576
		74.991.431	41.090.179

NOTA 09 – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.10*.

Em 2021, a Entidade avaliou os seus riscos contingenciais, com base em fundamentos das jurisprudências já existentes. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los da melhor forma, de acordo com as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação: prováveis, possíveis e remotas.

As contingências cujos riscos de perda são classificados como prováveis são integralmente reconhecidas no passivo.

A Entidade, com base na opinião de seus consultores jurídicos, julga que o montante reconhecido é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

NOTA 10 – CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 2021, a Entidade adotou o controle das obrigações contratuais para o exercício subsequente, relacionadas aos empenhos de despesas já autorizados pela Administração Pública, referentes aos convênios e contratos de gestão (aplicação específica e restrita); permitindo uma melhor evidenciação contábil

Abaixo, o detalhamento dos instrumentos firmados que possuem execução orçamentária já autorizada, para liquidação em 2022:

<u>FINANCIADOR</u>	<u>OBJETO / INSTRUMENTO</u>	<u>ORÇAMENTO PARA 2022</u>
SMS-Rio	AP 2.2. 003/2021	83.511.274
SMS-Rio	AP 3.1. 002/2021	296.212.017
SMS-Rio	AP 5.2. 002/2021-5.2	246.250.558
SMS-Rio	TEIAS MANGUINHOS AP 3.1 001/2021	28.971.451
SMS-Rio	UPA MANGUINHOS 001/2021	19.617.459
SMS-Rio	SUBPROJETOS TEIAS MANGUINHOS 001/2021	43.879.328
SMS-Rio	UPA ALEMÃO 002/2021	18.930.245
SMS-Rio	HOSPITAL ALBERT SCHWEITZER 002/2021	129.917.033
SMS-Rio	CER REALENGO 002/2021	25.858.436
Total SMS-Rio		893.147.801
SES-RJ	UPA MARÉ 010/2019	8.592.413
SES-RJ	UPA TIJUCA 001/2020	6.556.808
SES-RJ	UPA BOTAFOGO 004/2020	4.180.779
SES-RJ	UPA COPACABANA 005/2020	2.890.469
SES-RJ	UPA JACAREPAGUÁ 006/2020	8.055.896
Total SES-RJ		30.276.365
Prefeitura Munic. Niterói	HOSPITAL OCEÂNICO 001/2020	29.542.257
Prefeitura Munic. Nova Friburgo	UPA CONSELHEIRO PAULINO 162/2019	19.709.365
CIMESPA	SAMU 001/2017	9.484.506
Prefeitura Munic. Pinheiral	HOSP. MUNIC. PINHEIRAL 048/2021	741.292
		982.901.586

NOTA 11 – SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES (ATIVIDADES PRÓPRIAS)

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.3*.

A Entidade atua em 03 áreas de atuação estratégica para a consecução das suas finalidades institucionais. Estas áreas de atuação agrupam as atividades e projetos próprios da Entidade; bem como, as atividades e projetos em parceria com a Administração Pública, pactuados por meio de convênio e contrato de gestão (qualificação de Organização Social – OS)

Neste contexto operacional (*ver nota explicativa n.º 01*), as atividades e projetos realizados no âmbito da Assistência Social e na área de caráter filantrópico são desenvolvidos a partir de recursos econômico-financeiros gerados pela própria Entidade. Entretanto, as atividades realizadas em parceria com a Administração Pública, na área de gestão de unidades públicas de saúde, por meio de convênios e

contratos de gestão, são desenvolvidas integralmente com o fomento de recursos econômico-financeiros governamentais, repassados para aplicação específica e exclusiva neste objeto.

Ressalta-se que o desempenho econômico-financeiro da atuação em gestão de unidades públicas de saúde deve ser nulo; não impactando no resultado próprio da Entidade e nem na sua situação patrimonial.

Para maior entendimento do desempenho destas áreas no resultado do período de 2021, segregamos a apresentação da demonstração de resultado:



Rua Alberto de Campos, 12, Ipanema. Rio de Janeiro-RJ CEP.:22411-030.
Telefone: (21) 2555-3750
www.vivario.org.br

	<u>ASSISTÊNCIA SOCIAL</u>	<u>DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS</u>	<u>GESTÃO DE SAÚDE</u>	<u>31/12/2021</u>
DOAÇÕES E RECURSOS SEM RESTRIÇÃO DE USO	15.696.383	5.339.193	-	21.035.576
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES	(11.227.019)	(4.422.030)	-	(15.649.049)
(-) SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS TIPIFICADOS	(11.227.019)	-	-	(11.227.019)
(-) PROJETOS SOCIO AMBIENTAIS, CULTURAIS E DESPORTIVOS	-	(4.422.030)	-	(4.422.030)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO	4.469.364	917.163	-	5.386.527
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(1.550.248)	-	-	(1.550.248)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	(1.550.248)	-	-	(1.550.248)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.919.116	917.163	-	3.836.279
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(88.115)	(6.019)	-	(94.134)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS ATIVIDADES PRÓPRIAS	2.831.001	911.144	-	3.742.145
RESULTADO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE GESTÃO				
(+) SUBVENÇÕES PARA GESTÃO DE SAÚDE	-	-	709.315.564	709.315.564
(-) PESSOAL	-	-	(428.081.370)	(428.081.370)
(-) SERVIÇOS CONTRATADOS	-	-	(153.057.695)	(153.057.695)
(-) MATERIAIS DIRETOS	-	-	(71.025.990)	(71.025.990)
(-) MATERIAIS DE USO E CONSUMO	-	-	(8.184.309)	(8.184.309)
(-) EQUIPAMENTOS DIRETOS	-	-	(7.413.723)	(7.413.723)
(-) DEMAIS CUSTOS SUBVENCIONADOS	-	-	(41.552.477)	(41.552.477)
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS CONTAS DE APLICAÇÕES ESPECÍFICAS	-	-	-	-
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO DO PERÍODO	2.831.001	911.144	-	3.742.145

NOTA 12 – ATIVIDADES PRÓPRIAS – PROJETOS E ÁREA ADMINISTRATIVA

A fim de permitir um melhor entendimento sobre o comprometimento dos recursos financeiros, na execuções das atividades e projetos realizados no âmbito da Assistência Social e na área de caráter filantrópico, a Entidade apresenta o detalhamento do resultado operacional de 2021, por atividades e projetos:

12.1. Doações e Recursos sem Restrição de Uso

Em 2021, a Entidade auferiu receitas de doações e demais recursos sem restrições de uso por parte de doadores, financiadores e demais parceiros; representando a capacidade de geração de recursos próprios para a execução de serviços e projetos, tanto no âmbito da Assistência Social quanto nas demais atividades de caráter filantrópico. A seguir, detalhamos as receitas para livre uso nos serviços e projetos próprios da Entidade.

DESCRIÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	31/12/2021
DOAÇÕES E RECURSOS SEM RESTRIÇÃO DE USO	15.696.383	5.339.193	21.035.576
GESTÃO ADM VIVA RIO - DOAÇÕES PJ E PF	11.426.140	-	11.426.140
SCFV MARICÁ	2.036.994	-	2.036.994
SOS FAVELA	1.752.480	-	1.752.480
JOVEM APRENDIZ - CONTRATO EMPRESAS	480.769	-	480.769
PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS, FILANTRÓPICOS E DESPORTIVOS	-	5.339.193	5.339.193

12.2. Custos de Serviços e Atividades e Área de Preponderância

A Entidade atuou preponderantemente no âmbito da Assistência Social; considerando o critério da área de atuação própria que apresenta a maior realização de despesas neste período.

A realização de despesas no âmbito da Assistência Social observa a execução de todas as ações tipificadas como serviços sócio assistenciais, conforme regulamentos do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS da respectiva localidade da ação.

Em 2021, a Entidade realizou 72% dos seus custos diretamente atribuíveis aos serviços sócio assistenciais tipificados e prestados gratuitamente aos seus beneficiários:



DESCRIÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	31/12/2021
ESPAÇO NOVA GERAÇÃO	(4.906.321)	-	(4.906.321)
SCFV MARICÁ	(1.951.650)	-	(1.951.650)
PQ ESPORTIVO SOCIAL CARAMUJO	(1.497.070)	-	(1.497.070)
VOLUNTARIADO	(1.415.553)	-	(1.415.553)
OLHO NO LIXO	(797.136)	-	(797.136)
JOVEM APRENDIZ	(322.987)	-	(322.987)
ARTICULAÇÃO FORTALECIMENTO	(91.872)	-	(91.872)
NATAÇÃO COMUNITÁRIA	(49.658)	-	(49.658)
ESTAÇÃO FUTURO	(40.779)	-	(40.779)
BRINQUEDOTECA	(36.494)	-	(36.494)
HAITI AQUI	(32.325)	-	(32.325)
CENTRAL VIVA	(24.669)	-	(24.669)
CUIDANDO DE QUEM CUIDA	(21.267)	-	(21.267)
FAVELA HUB	(19.618)	-	(19.618)
VIVA RIO EFICIENTE	(18.987)	-	(18.987)
OUTROS	(633)	-	(633)
Serviços socioassistenciais tipificados	(11.227.019)	-	(11.227.019)
Projetos socio ambientais, culturais e desportivos	-	(4.422.030)	(4.422.030)
CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES	(11.227.019)	(4.422.030)	(15.649.049)
% de Preponderância CEBAS	72%	28%	100%

Na avaliação da área preponderante, a Administração desconsidera as despesas realizadas na área de gestão de unidades públicas de saúde. Nesta área de atuação, a Entidade não possui unidade de saúde própria registrada, tampouco alguma filial cadastrada como sendo de saúde. Ainda, não possui produção própria de serviço saúde ou presta diretamente serviços complementares ao SUS (oferta de internações hospitalares e/ou serviços ambulatoriais).

Para uma melhor evidenciação da preponderância de atuação, a Entidade não atribuiu os montantes de despesas administrativas e gerais (não atribuíveis diretamente) aos custos dos serviços sócio assistenciais; evitando quaisquer distorções causadas por eventuais critérios de rateio.

12.3. Despesas Administrativas e Gerais

Em 2021, as despesas administrativas e gerais representam os gastos, incorridos ou pagos, para o gerenciamento da Entidade e que não são atribuíveis diretamente nos custos de serviços e projetos realizados.

DESCRIÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	DEMAIS ATIVIDADES FILANTRÓPICAS	31/12/2021
DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	(1.550.248)	-	(1.550.248)
PESSOAL	(30.392)	-	(30.392)
SERVIÇOS CONTRATADOS	(2.670.524)	-	(2.670.524)
MATERIAIS DE USO E CONSUMO	(19.771)	-	(19.771)
UTILIDADES E INFRAESTRUTURA	(6.796)	-	(6.796)
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÕES	(34.174)	-	(34.174)
DESPESAS (REVERSÃO) DE PROVISÕES	1.211.409	-	1.211.409

NOTA 13 – CONVÊNIO E CONTRATOS DE GESTÃO (APLICAÇÃO ESPECÍFICA)

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.12*.

Em 2021, observando que os recursos destinados para as atividades da área de gestão de unidades de saúde pública devem ser registrados em contas segregadas das demais contas próprias da Entidade, bem como o desempenho econômico-financeiro desta atuação ter efeito nulo nas operações próprias, a Entidade apresentou, na demonstração de resultado, a aplicação específica dos gastos para a realização dos convênios, termos de colaboração e contratos de gestão, junto à Administração Pública, no montante de R\$ 709.315.564.

NOTA 14 – IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

a) Característica da imunidade

A Entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

1. a Entidade é regida pela Constituição Federal;
2. a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
3. não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
4. não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

b) Requisitos para imunidade tributária - Impostos

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (§ 1º art. 39 do Estatuto Social);
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (§ 1º art. 39 do Estatuto Social);



- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 40 do Estatuto Social).

c) Requisitos para imunidade tributária – Contribuições Sociais

A Lei Complementar nº 187, de dezembro de 2021, revogou a Lei nº 12.101/2009 e estabelece os requisitos para a concessão e renovação da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, nas áreas de atuação da Saúde, da Educação e da Assistência; bem como regulamenta a manutenção da imunidade das contribuições sociais, previstas no art. 195, parágrafo 7º, da CF.

NOTA 15 – CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

A política contábil adotada está apresentada na *nota explicativa nº 3.13*.

A Entidade se encontra com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS – regular, conforme Decisão proferida pela 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro – Procedimento Comum nº 5071430-88.2019.4.02.5101, que determinou a emissão do mesmo por parte do Órgão Regulador, para pleno atendimento a Tutela Antecipada concedida.

Em 21/11/2019, Entidade protocolou tempestivamente o requerimento de renovação do CEBAS, junto ao Ministério da Cidadania, conforme o processo sob o nº 235874.0008986/2019, para o triênio de 22/11/2019 até 21/11/2022.

O processo de renovação se encontra em fase de análise técnica no Ministério da Cidadania.

NOTA 16 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Os seguros têm por objetivo reembolsar, até o limite máximo da importância segurada das quantias pelas quais o Segurado vier a ser o responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresso pela Seguradora, relativas às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência deste contrato e que decorram de riscos cobertos.

NOTA 17 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e equivalem ao seu valor contábil. Os principais instrumentos financeiros da Entidade são:

- Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo;
- Contas a receber – apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado.
- Demais contas a receber e a pagar – são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, acrescidos de atualização monetária quando aplicável.

Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021.

NOTA 18 – COMPROMISSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.


Sebastião Correia dos Santos
Presidente
CPF.: 463.219.347-04


Rodrigo Napolitano dos Santos
Contador
CRC-RJ 107.680/O-0

